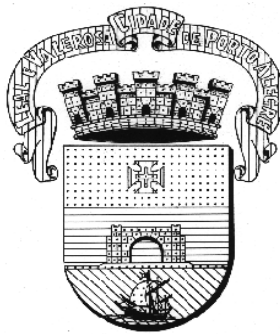


MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA
CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
DIVISÃO DE AUDITORIA-GERAL



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

RELATÓRIO FINAL DE AUDITORIA 10/2021

Abril/2022



CONCLUSÃO DA AUDITORIA FRENTE À AUSÊNCIA DE RESPOSTA DO ÓRGÃO AUDITADO EM 2021

Em relação às recomendações efetuadas por esta Divisão de Auditoria-Geral, decorrentes de auditoria realizada na Secretaria Municipal de Educação - SMED (processo SEI nº 21.0.000061300-0), no período de 01 a 29 de julho de 2021, conforme o **Programa de Auditoria nº 10/2021**, não foram prestados os esclarecimentos por parte do órgão auditado, até a presente data, o que deveria ter sido efetuado por meio do Sistema de Auditoria Interna (SIAUDI).

Desta forma, ficam mantidas todas as recomendações da auditoria de 2021, bem como as de anos anteriores não consideradas atendidas ou baixadas, conforme quadro em anexo.

Registramos que o órgão auditado não respondeu as recomendações e apontamentos listados nos relatórios resultantes do Programa de Auditoria nº 10/2021. Historicamente, a SMED não tinha como procedimento se manifestar em relação aos trabalhos de auditoria ordinária realizados anualmente, apesar da recomendação “Responder aos relatórios de auditoria” ser considerada atendida em relação ao Programa de Auditoria nº 16/2020, ocasião em que a gestão de 2021 se manifestou acerca dos apontamentos.





Anexo: Relatório de Apontamentos e Recomendações - RF 10/2021- SMED

Nº do Relatório	Ações	Apontamento	Recomendação	Gravidade	Estágio de Implementação
12/2019 - AA 17/18	Execução Orçamentária e Financeira	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA - Recomendações Pendentes - RD 12/18	943 - Conferir os índices de liquidez da empresa, considerando o passivo dos parcelamentos a pagar, de forma a verificar o atendimento do inc. XIII do art. 55 da Lei nº 8.666/93, no que se refere à obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.	Média	Baixada
12/2019 - AA 17/18	Execução Orçamentária e Financeira	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA - Recomendações Pendentes - RD 12/18	9411 - Elaborar apostila atualizando os valores do contrato, de forma que esteja de acordo com a tarifa atualizada.	Média	Atendida
12/2019 - AA 17/18	Execução Orçamentária e Financeira	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA - Recomendações Pendentes - RD 12/18	9410 - Designar através de Portaria os fiscais de contrato.	Média	Atendida
12/2019 - AA 17/18	Execução Orçamentária e Financeira	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA - Recomendações Pendentes - RD 12/18	947 - Notificar a empresa para regularização dos pagamentos de vale-transporte e alimentação e, se não atendida, aplicar as penalidades previstas em contrato.	Média	Baixada
12/2019 - AA 17/18	Execução Orçamentária e Financeira	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA - Recomendações Pendentes - RD 12/18	945 - Notificar a empresa para regularização no fornecimento dos uniformes, de acordo com o previsto em contrato e planilha de custos e, se não atendida, aplicar as penalidades previstas em contrato.	Média	Baixada
12/2019 - AA 17/18	Execução Orçamentária e Financeira	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA - Recomendações Pendentes - RD 12/18	942 - Aplicar as penalidades previstas no contrato, no caso de reincidência de pagamentos após o 5º dia útil.	Média	Baixada
12/2019 - AA 17/18	Execução Orçamentária e Financeira	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA - Recomendações Pendentes - RD 12/18	941 - Formalizar a prorrogação antes do término do prazo da vigência contratual, abstendo-se de elaborar termo aditivo, com efeito retroativo à assinatura.	Média	Em Implementação
12/2019 - AA 17/18	Almoxarifado	ALMOXARIFADO - Recomendações Pendentes - RD 12/17-C	953 - Registrar todas as entradas dos materiais depositados no almoxarifado no sistema de controle, independente da forma de ingresso (aquisição, transferência ou doação), bem como as respectivas saídas, de forma documentada, conforme previsto no Sistema GMAT.	Baixa	Pendente
12/2019 - AA 17/18	Almoxarifado	ALMOXARIFADO - Recomendações Pendentes - RD 12/17-C	952 - Rever a real demanda existente para este material.	Média	Pendente
12/2019 - AA 17/18	Almoxarifado	ALMOXARIFADO - Recomendações Pendentes - RD 12/17-C	951 - Suspender de imediato a aquisição de novos kits de uniformes escolares.	Média	Em Implementação





Nº do Relatório	Ações	Apontamento	Recomendação	Gravidade	Estágio de Implementação
12/2019 - AA 17/18	Patrimônio	PATRIMÔNIO - Recomendações Pendentes - RD 12/17-C	973 - Avaliar a necessidade de readequação do depósito, com vistas a corrigir as falhas no armazenamento, instalações físicas e implementar o Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio PPCL.	Baixa	Pendente
12/2019 - AA 17/18	Patrimônio	PATRIMÔNIO - Recomendações Pendentes - RD 12/17-C	972 - Realizar o inventário na sua totalidade, demonstrando não somente os bens alocados no órgão, como também o seu estado físico e eficiente utilização.	Baixa	Pendente
12/2019 - AA 17/18	Patrimônio	PATRIMÔNIO - Recomendações Pendentes - RD 12/17-C	971 - Efetuar a responsabilização dos bens em todas as lotações e implantar uma rotina de atualização dos termos observando a tempestividade dos registros quanto à movimentação dos bens, tomando-se o cuidado de manter em arquivo a relação dos bens e de exigir a assinatura dos referidos termos pela chefia da unidade legalmente investida no cargo.	Baixa	Pendente
12/2019 - AA 17/18	Patrimônio	PATRIMÔNIO - Recomendações Pendentes - RD 12/18	981 - Relacionar todos os bens não localizados e apurar qual a causa de não se encontrar na área indicada pelo relatório do sistema de patrimônio, bem como, listar todos os bens encontrados nas áreas e não listados nos relatórios.	Baixa	Pendente
12/2019 - AA 17/18	Pessoal e Encargos	PESSOAL E ENCARGOS - Recomendações Pendentes - RD 11/17-P	994 - a) Recomendamos verificar situações análogas às apresentadas, de excesso de banco de horas acumulado, como forma de adequar os fatos à legislação pertinente, ou seja, limitar o banco de horas ao que está disposto em lei.	Baixa	Em Implementação
12/2019 - AA 17/18	Pessoal e Encargos	PESSOAL E ENCARGOS - Recomendações Pendentes - RD 11/17-P	9917 - b) Dimensionar o quadro de pessoal, com o intuito de aperfeiçoar sistemas de políticas de pessoal e melhor distribuição de pessoal.	Baixa	Em Implementação
12/2019 - AA 17/18	Pessoal e Encargos	PESSOAL E ENCARGOS - Recomendações Pendentes - RD 11/17-P	9915 - a) Efetuar a(s) alteração(ões) da(s) nomenclatura(s) dos postos de confiança da SMED, de forma a regularizar a estrutura formal deste órgão condizente com a prática atual.	Baixa	Pendente
12/2019 - AA 17/18	Pessoal e Encargos	PESSOAL E ENCARGOS - Recomendações Pendentes - RD 11/17-P	9912 - a) A recomendação é efetuar a regulamentação por decreto do art. 39, da Lei nº 6161/88 e/ou efetuar melhores controles, por instrução normativa, para concessão desta vantagem.	Média	Em Implementação
12/2019 - AA 17/18	Pessoal e Encargos	PESSOAL E ENCARGOS - Recomendações Pendentes - RD 11/17-P	9911 - c) Rever a Instrução Normativa nº 001/2014 da SMED, pois é matéria de lei, alertando que deve haver contato com a SMPG (por competência, nestas questões de pessoal) e o PREVIMPA, pois a referida Instrução regrou processos de aposentadoria, inclusive.	Baixa	Pendente
12/2019 - AA 17/18	Pessoal e Encargos	PESSOAL E ENCARGOS - Recomendações Pendentes - RD 11/17-P	998 - a) Rever e, se for o caso, cancelar as concessões dos vales-transportes para fora da região metropolitana, quando verificado que seu pagamento está ocorrendo de forma inconsistente, e realizar um controle sistemático para a concessão, atendendo, na íntegra, todos os regramentos legais.	Baixa	Pendente
12/2019 - AA 17/18	Pessoal e Encargos	PESSOAL E ENCARGOS - Recomendações Pendentes - RD 11/17-P	995 - a) Algumas classes de cargos, pela natureza de suas atividades, são inerentes à percepção da GIA, enquanto outras não, logo são exceções, razão pela qual recomendamos que seja reavaliada esta situação, caso a caso.	Média	Em Implementação
12/2019 - AA 17/18	Pessoal e Encargos	PESSOAL E ENCARGOS - Recomendações Pendentes - RD 11/17-P	992 - a) Tendo e vista o ineficiente controle do ponto eletrônico, no que diz respeito ao servidor (professor), que exerce suas atividades em duas escolas, deve o Gestor do RH, juntamente com o Gestor da SMED, buscar, junto a PROCempa e a empresa contratada, solução para implantação de ponto eletrônico nas EMEIs Santo Expedido e Unidos da Paineira.	Média	Em Implementação





Nº do Relatório	Ações	Apontamento	Recomendação	Gravidade	Estágio de Implementação
12/2019 - AA 17/18	Pessoal e Encargos	PESSOAL E ENCARGOS - Recomendações Pendentes - RD 11/17-P	991 - a) Realizar planejamento da força de trabalho da SMED, a médio e longo prazo (para adequada previsão de concursos públicos, contratações emergenciais, etc.), por meio de estudo de dimensionamento de pessoal, considerando, além dos servidores efetivos (predominantemente da classe de cargo de Professor), os demais profissionais necessários ao andamento da Secretaria.	Média	Atendida
12/2019 - AA 17/18	Pessoal e Encargos	PESSOAL E ENCARGOS - Recomendações Pendentes - RD 12/18	1005 - Publicizar os atos efetuados em relação à seleção de vagas de estágios na SMED, tanto no DOPA, quanto no site da SMED, com o intuito de dar maior transparência aos atos ora emanados pela Secretaria.	Média	Em Implementação
12/2019 - AA 17/18	Pessoal e Encargos	PESSOAL E ENCARGOS - Recomendações Pendentes - RD 12/18	1002 - Disponibilizar os dados dos colegiados da SMED, como portaria de designação dos membros, atas e afins, de forma a dar maior transparência aos atos públicos.	Média	Pendente
12/2019 - AA 17/18	Conselhos Escolares	CONSELHOS ESCOLARES - Recomendações Pendentes - RD 12/17-C	1011 - Realizar licitação para a contratação de bens e serviços comuns aos Conselhos, visando principalmente evitar o fracionamento de despesas, utilizando Atas de Registro de Preços da Secretaria Municipal da Fazenda.	Média	Em Implementação
12/2019 - AA 17/18	Conselhos Escolares	CONSELHOS ESCOLARES - Recomendações Pendentes - RD 12/18	1024 - Rever os mecanismos de segurança nas escolas (câmeras e vigilância).	Baixa	Atendida
12/2019 - AA 17/18	Convênios e Parcerias	CONVÊNIOS E PARCERIAS - Recomendações Pendentes - RD 12/17-C	1033 - Exigir dos convenientes que em todos os documentos comprobatórios de despesas conste a descrição "PMPA" e no nome do programa.	Média	Em Implementação
12/2019 - AA 17/18	Convênios e Parcerias	CONVÊNIOS E PARCERIAS - Recomendações Pendentes - RD 12/17-C	1032 - Designar e publicar nomes de servidores fiscais dos convênios e respectivos suplentes.	Média	Pendente
12/2019 - AA 17/18	Convênios e Parcerias	CONVÊNIOS E PARCERIAS - Recomendações Pendentes - RD 12/17-C	1031 - Formalizar as prestações de contas em processo eletrônico (SEI).	Baixa	Atendida
12/2019 - AA 17/18	Convênios e Parcerias	CONVÊNIOS E PARCERIAS - Recomendações Pendentes - RD 12/17-C	1034 - Implementar o ateste dos documentos comprobatórios de despesas pelos fiscais designados.	Média	Pendente
12/2019 - AA 17/18	Convênios e Parcerias	CONVÊNIOS E PARCERIAS - Recomendações Pendentes - RD 12/18	1041 - Incluir a obrigatoriedade de apresentação das listas nominais das crianças e adolescentes atendidos pelas entidades parceiras nas prestações de contas, incluindo a previsão nos termos de colaboração, para fins de comprovação do trabalho proposto na respectiva Parceria.	Baixa	Em Implementação
12/2019 - AA 17/18	Convênios e Parcerias	CONVÊNIOS E PARCERIAS - Recomendações Pendentes - RD 12/18	1045 - Fiscalizar, in loco, as atividades desenvolvidas nas OSCs que possuem representação no CMDCA.	Baixa	Baixada





Nº do Relatório	Ações	Apontamento	Recomendação	Gravidade	Estágio de Implementação
12/2019 - AA 17/18	Convênios e Parcerias	CONVÊNIOS E PARCERIAS - Recomendações Pendentes - RD 12/18	1044 - Revisar do texto da lei e de normativos internos, a fim de delimitar as atribuições, estabelecer regras, fluxos e limites de atuação entre Conselho e a Secretaria, reduzindo potenciais riscos ao erário público.	Baixa	Pendente
12/2019 - AA 17/18	Convênios e Parcerias	CONVÊNIOS E PARCERIAS - Recomendações Pendentes - RD 12/18	1043 - Acompanhar a efetividade dos compromissos firmados entre as entidades e a SMED, a fim de sanar as inconsistências lançadas nos Termos de Ajustamento de Conduta - TAC.	Baixa	Pendente
12/2019 - AA 17/18	Convênios e Parcerias	CONVÊNIOS E PARCERIAS - Recomendações Pendentes - RD 12/18	1042 - Fiscalizar as atividades desenvolvidas pelas entidades, periodicamente e in loco, a fim de subsidiar a elaboração dos relatórios de monitoramento.	Baixa	Em Implementação
12/2019 - AA 17/18	Convênios Recebidos	CONVÊNIOS RECEBIDOS - Recomendações Pendentes - RD 12/17-C	1051 - Oficiar o órgão gestor dos recursos (FNDE) formalizando o problema no sistema de prestação de contas (SIGPC), solicitando orientação e/ou alternativas à prestação de contas.	Média	Pendente
1/2020 - AG	Pessoal e Encargos	Ausência de cadastro no sistema da relação de professores enquadrados nos recursos do fundo	1761 - Atender à solicitação contida no Despacho nº 7943579, inserido no processo SEI nº 19.0.000102257-4.	Média	Pendente
1/2020 - AG	Pessoal e Encargos	Ausência de publicação atualizada da relação de escolas com difícil acesso	1773 - Revisar se as escolas listadas no documento nº 8568403, do processo SEI nº 19.0.000113707-0, são classificadas como de difícil acesso, bem como confirmar se os servidores elencados nesse documento estão em efetivo exercício nos respectivos locais indicados na mesma listagem. Ato contínuo, permanecendo a situação de lotação atual, bem como não sendo tais escolas classificadas como de difícil acesso, confirma-se que os pagamentos não estão em conformidade com a norma vigente. A norma atual (art. 34, da Lei 6.151/1988) prevê publicação anual da listagem de escolas de difícil acesso.	Média	Em Implementação
1/2020 - AG	Pessoal e Encargos	Ausência de publicação atualizada da relação de escolas com difícil acesso	1772 - Com o intuito de facilitar o trabalho da Secretaria, informamos que o Estado do Rio Grande do Sul editou Decreto que regula a Gratificação de Difícil Acesso em nível estadual. Trata-se do Decreto Estadual nº 34.252/1992. Sendo assim, sugerimos a consulta e espera-se que possa auxiliar na solução da recomendação pendente.		Pendente
1/2020 - AG	Pessoal e Encargos	Ausência de publicação atualizada da relação de escolas com difícil acesso	1771 - Publicar, anualmente, a relação de escolas de difícil acesso, conforme art. 34 da Lei Municipal nº 6.151/1988, para regularizar o pagamento da gratificação de difícil acesso prevista no art. 39-A da mesma lei.	Alta	Em Implementação
1/2020 - AG	Pessoal e Encargos	Apuração de irregularidade por não entrega no prazo de DCTF	1781 - Apurar a irregularidade narrada no despacho CGM/SMTC (documento SEI nº 8300148, do processo nº 19.0.000051734-0), nos termos do artigos 220 e 221 da Lei Complementar Municipal nº 133/1985.	Baixa	Em Implementação
3/2020 - AG	Obras e Reformas	Patologias nas estruturas metálicas	1771 - Apresentar o planejamento para a vistoria preliminar das estruturas metálicas das 23 escolas restantes, que constam no processo SEI nº 19.0.000043624-3, dando continuidade ao trabalho de avaliação do grau de risco dessas estruturas.	Alta	Pendente





Nº do Relatório	Ações	Apontamento	Recomendação	Gravidade	Estágio de Implementação
3/2020 - AG	Obras e Reformas	Patologias nas estruturas metálicas	1772 - Apresentar, por escola, uma lista com as medidas que estão sendo tomadas para recuperar e manter as estruturas metálicas, com atenção especial para as que possuem grau de risco crítico, conforme o levantamento acostado no processo SEI nº 19.0.000043624-3.	Alta	Pendente
3/2020 - AG	Obras e Reformas	Danos encontrados na edificação	1781 - Esclarecer em que termos foi formalizada e quando ocorreu a cedência do espaço do IEI Nosso Senhor do Bom Fim.	Alta	Pendente
3/2020 - AG	Obras e Reformas	Danos encontrados na edificação	1784 - Cobrar da empresa responsável pela utilização da EEI Nosso Senhor do Bom Fim que devolva a edificação nas devidas condições.	Alta	Pendente
2/2020 - AG	Execução Contratual	Irregularidade em pagamentos de guias de GPS e não atendimento da Nota de Controle Interno 02/2019	1761 - Atender as recomendações emitidas pela DDP/CGM na Nota de Controle Interno nº 02/2019.	Alta	Atendida
3/2020 - AG	Obras e Reformas	Falhas de execução da obra	1801 - Observar o que diz o artigo 69 da Lei Federal nº 8.666/93, corrigir o caimento do piso e resolver o problema da umidade ascendente das paredes da EEI Glicério Alves.	Alta	Pendente
4/2020 - AG	Almoxarifado	Grandes quantidades de materiais estocados e não distribuídos	1761 - Providenciar a distribuição e a instalação dos extintores de incêndio nas unidades escolares.	Baixa	Pendente
4/2020 - AG	Almoxarifado	Inexistência de organização espacial do almoxarifado	1771 - Organizar o depósito, separando os locais destinados a itens de almoxarifado, distinguindo-os dos locais destinados a bens patrimoniais, dos materiais inservíveis e dos destinados à descarte, a fim de permitir a correta identificação e controle dos itens existentes no espaço.	Alta	Pendente
4/2020 - AG	Almoxarifado	Inexistência de controles de acesso e de manutenção do depósito	1782 - Providenciar a melhoria das condições de segurança do armazenamento dos materiais estocados, inclusive avaliando a possibilidade de instalação de câmeras de vigilância no local.	Média	Pendente
4/2020 - AG	Almoxarifado	Inexistência de controles de acesso e de manutenção do depósito	1781 - Providenciar controle de acesso de pessoas e de veículos ao depósito, a fim de evitar o extravio de materiais.	Média	Pendente
4/2020 - AG	Almoxarifado	Itens adquiridos para as novas escolas e não distribuídos	1791 - Providenciar o controle mais rigoroso em relação aos materiais adquiridos para equipar as novas escolas, enquanto as obras permanecerem em andamento ou paralisadas.	Alta	Pendente
6/2020 - AG	Controle Social	Ausência de contratos assinados da SMED no Portal de Transparência	1851 - Dar ampla transparência de todos os contratos atinentes a SMED, de acordo com a Ordem de Serviço nº 011/2012 e Lei Federal nº 12.527/2011.	Média	Em Implementação
6/2020 - AG	Execução Orçamentária e Financeira	Não atendimento ao item III da Nota de Controle Interno nº 4/2019	1861 - Lançar editais para a oferta de vagas através de entidades conveniadas, atendendo ao item III da Nota de Controle Interno nº 4/2019.	Alta	Pendente
6/2020 - AG	Execução Orçamentária e Financeira	Não atendimento ao item IV da Nota de Controle Interno nº 4/2019	1871 - Verificar, junto à PGM, a possibilidade de propor Termo de Ajustamento de Conduta, quiçá perante Ministério Público, Defensoria Pública do Estado e Poder Judiciário, conjuntamente, minimizando impacto dessas demandas judiciais, atendendo ao item IV da Nota de Controle Interno nº 4/2019.	Alta	Pendente
6/2020 - AG	Convênios e Parcerias	Possível cobrança de mensalidade por escola que mantém Termo de Colaboração com a SMED	1883 - Incluir, diretamente nos Termos de Colaboração futuros, a vedação sobre cobrança de taxas e mensalidades, assim como definir as especificações que caracterizam a contribuição escolar espontânea.	Média	Em Implementação





Nº do Relatório	Ações	Apontamento	Recomendação	Gravidade	Estágio de Implementação
6/2020 - AG	Convênios e Parcerias	Possível cobrança de mensalidade por escola que mantém Termo de Colaboração com a SMED	1882 - Comunicar às entidades de educação parcerias os elementos que caracterizam uma contribuição escolar espontânea, ressaltando a impossibilidade de cobrar taxas e mensalidades.	Média	Pendente
6/2020 - AG	Convênios e Parcerias	Possível cobrança de mensalidade por escola que mantém Termo de Colaboração com a SMED	1881 - Especificar os elementos que caracterizam uma contribuição escolar espontânea.	Média	Em Implementação
6/2020 - AG	Convênios e Parcerias	Possível cobrança de mensalidade por escola que mantém Termo de Colaboração com a SMED	1884 - Comunicar à Assembleia Legislativa do RS sobre a caracterização e legitimidade da cobrança realizada pela Escola de Educação Infantil.	Média	Em Implementação
6/2020 - AG	Convênios e Parcerias	Não atendimento ao que preconiza o art. 61 do Decreto 2761 to nº 19.775/2017	1891 - Exigir da entidade parceira a divulgação das parcerias estabelecidas via <i>site</i> na Internet, de forma clara e acessível, estabelecendo prazo para tanto.	Média	Pendente
6/2020 - AG	Convênios e Parcerias	Constatado elevado percentual de ausências (média diária acima de 20%)	1902 - Publicar documento oficial quanto aos procedimentos a serem tomados nos casos de infrequência para as escolas parceiras.	Média	Atendida
6/2020 - AG	Convênios e Parcerias	Constatado elevado percentual de ausências (média diária acima de 20%)	1904 - Verificar junto ao setor setor jurídico, para os anos não obrigatórios, a possibilidade de normativo que indique perda de vaga para casos de alunos com excesso de falta.	Média	Atendida
6/2020 - AG	Convênios e Parcerias	Constatado elevado percentual de ausências (média diária acima de 20%)	1903 - Implementar controle que indique, tempestivamente, as presenças/ausências por aluno para cada escola parceira.	Média	Em Implementação
6/2020 - AG	Convênios e Parcerias	Constatado elevado percentual de ausências (média diária acima de 20%)	1901 - Elaborar planejamento anual (Núcleo de Inspeção Escolar) que contemple inspeção em todas as escolas parceiras (preferencialmente duas ou mais vezes ao ano).	Média	Pendente
6/2020 - AG	Convênios e Parcerias	Inconsistências encontradas nos dados dos alunos	1912 - Retificar as inconsistências encontradas nos dados dos alunos: ausência de data de nascimento, endereço da escola particular não registrado adequadamente, conforme Planilha Cruzamento da distância entre residência e escola particular que o aluno está matriculado, inserido no documento SEI nº 9165385.	Média	Atendida
6/2020 - AG	Convênios e Parcerias	Inconsistências encontradas nos dados dos alunos	1911 - Avaliar a possibilidade de matricular prioritariamente, ao surgimento de vaga ociosa, os alunos judicializados nas escolas parcerias. Justifica-se a recomendação já que o custo da vaga judicial é expressivamente maior do que a da comunitária.	Média	Em Implementação
5/2020 - AG	Patrimônio	Dificuldades na realização do inventário nas unidades escolares	1802 - Promover ações para a correta identificação dos bens existentes e regularizar os termos de responsabilidade nas Unidades de Ensino.	Média	Pendente
5/2020 - AG	Patrimônio	Dificuldades na realização do inventário nas unidades escolares	1801 - Providenciar ações para que todas as diretorias de escolas tenham acesso ao SEI para registrar e comunicar os atos e fatos inerentes à gestão das Unidades Escolares.	Média	Pendente





Nº do Relatório	Ações	Apontamento	Recomendação	Gravidade	Estágio de Implementação
5/2020 - AG	Patrimônio	Comissão inventariante designada não contempla servidores das escolas	1811 - Nomear e capacitar os servidores das escolas para a realização do inventário anual obrigatório de bens, como membros da Comissão Inventariante, através de portaria publicada no DOPA, bem como determinar o calendário de realização do inventário e, dessa forma, alcançar todos os bens existentes nas Unidades de Ensino.	Média	Pendente
5/2020 - AG	Patrimônio	Falhas na comunicação para o registro de bens adquiridos no CBP	1821 - Formalizar as aquisições, movimentações e baixas patrimoniais, a fim de garantir controles patrimoniais eficazes nas Unidades Escolares, através de processos instruídos no sistema SEI.	Média	Pendente
5/2020 - AG	Patrimônio	Falhas na comunicação para o registro de bens adquiridos no CBP	1822 - Registrar todos os bens adquiridos ou recebidos em doação no sistema de Controle de Bens Patrimoniais (CBP).	Alta	Pendente
5/2020 - AG	Patrimônio	Controle patrimonial ineficaz potencializa o risco de desperdício	1831 - Capacitar os diretores e demais servidores das escolas quanto à qualificação da gestão patrimonial e financeira das Unidades de Ensino.	Alta	Pendente
5/2020 - AG	Patrimônio	Fragilidade dos selos de identificação do número do registro no patrimônio	1841 - Avaliar a possibilidade de substituição do sistema atual de identificação dos bens, realizadas por adesivos em papel, para placas autocolantes e duráveis, com código de barras, bem como a aquisição de leitores de códigos de barra, para tornar mais célere, eficiente e eficaz o inventário patrimonial obrigatório.	Média	Pendente
6/2020 - AG	Sindicância	Não atendimento ao Despacho 6758142 da Coordenação das Procuradorias Setoriais e das Especializadas	1921 - Atender os itens b) e c) que consta no Despacho nº 6758142, da Coordenação das Procuradorias Setoriais e das Especializadas Autárquicas - PGM.	Alta	Em Implementação
16/2021 - AG	Almoxarifado	Ausência de registro referente ao ajuste das divergências apuradas no inventário.	2531 - Registrar no processo as providências e ajustes realizados referentes as divergências apuradas, nos próximos inventários.	Média	Pendente
16/2021 - AG	Almoxarifado	Ausência de relação consolidada das diferenças apuradas.	2541 - Elaborar relação consolidada das divergências apuradas para os próximos inventários.	Baixa	Em Implementação
16/2021 - AG	Almoxarifado	Ausência de retornos e encaminhamentos do processo de inventário.	2551 - Concluir todas as tarefas relacionadas ao processo de inventário, para os inventários futuros, tais como: parecer sobre divergências apuradas, encaminhamento ao Secretário para autorização de ajustes e homologação do inventário e ajustes das divergências.	Média	Pendente
15/2021 - AG	Patrimônio	Ausência de encaminhamento do processo de inventário ao Secretário	2531 - Encaminhar ao Secretário, nos próximos inventários, o processo encerrado para conhecimento, bem como para o encaminhamento dos ajustes das inconsistências encontradas.	Média	Atendida
15/2021 - AG	Patrimônio	Nº elevado de inconsistências - Ausência de registro de ajustes das divergências encontradas	2541 - Encaminhar as inconsistências encontradas para os ajustes necessários, nos próximos inventários.	Média	Pendente





Nº do Relatório	Ações	Apontamento	Recomendação	Gravidade	Estágio de Implementação
15/2021 - AG	Patrimônio	Ausência de Movimentação - Processo de Levantamento e Responsabilização dos Bens Patrimoniais Móveis	2561 - Efetuar o levantamento, elaborar e incluir no processo SEI os Termos de Responsabilidade dos bens patrimoniais móveis, nos próximos inventários.	Alta	Em Implementação
15/2021 - AG	Patrimônio	Ausência de evidência de verificação dos bens relacionados no CBP	2551 - Verificar e evidenciar no processo de inventário a existência dos bens lançados no CBP e não somente verificar se os bens localizados estão relacionados no CBP, nos próximos inventários.	Alta	Atendida
21/2021 - AG	Demandas Internas e Externas	Não atendimento das recomendações da NCI nº 19/2020	2531 - Providenciar o atendimento às recomendações emitidas na Nota de Controle Interno nº 19/2020.	Média	Pendente
21/2021 - AG	Demandas Internas e Externas	Ausência de retorno aos Relatórios da Auditoria	2561 - Responder aos relatórios de auditoria.	Alta	Atendida
21/2021 - AG	Demandas Internas e Externas	Ausência de retorno às solicitações da auditoria durante os trabalhos de inspeção	2571 - Atender as solicitações realizadas pela auditoria durante os trabalhos de inspeção.	Alta	Pendente
21/2021 - AG	Demandas Internas e Externas	Não atendimento da Nota de Controle Interno DDP/CGM nº 12/2020	2541 - Atender, de modo integral, a Nota de Controle Interno DDP/CGM nº 12/2020.	Média	Em Implementação
21/2021 - AG	Demandas Internas e Externas	Não atendimento de demandas da CGM acerca das Parcerias - Lei Municipal nº 12.709/2020	2581 - Apresentar base documental, para cada uma das ECEIs, que comprove atendimento ao parágrafo único do art. 1º da Lei Municipal nº 12.709/2020: "estarão aptas a receber o auxílio referido no caput deste artigo somente as ECEIs que mantiveram os postos de trabalhos ocupados na data de 15 de abril de 2020".	Média	Em Implementação
21/2021 - AG	Demandas Internas e Externas	Não atendimento de demandas da CGM acerca das Parcerias - Lei Municipal nº 12.709/2020	2583 - Atender ao despacho da Controladoria-Geral do Município, evento SEI nº 10771734, quanto a indicação dos números dos processos das creches, que contenham a prestação de contas e parecer técnico do gestor da parceria, em atendimento ao artigo 67 da Lei nº 13.019/14, contendo, também, relatório de monitoramento homologado pela comissão de avaliação e monitoramento, consoante dispõe o artigo 44 do Decreto Municipal nº 19.775/17.	Média	Pendente
21/2021 - AG	Demandas Internas e Externas	Não atendimento de demandas da CGM acerca das Parcerias - Lei Municipal nº 12.709/2020	2582 - Providenciar o apostilamento aos termos de colaboração das creches, conforme recomendado na Ata Mediar Ministério Público, documento SEI nº 10713949 e de acordo com o despacho nº 10768266 da Controladoria-Geral do Município.	Média	Pendente
21/2021 - AG	Almoxarifado	Não atendimento das recomendações nº 01 e nº 02 da NCI nº 25/2020	2591 - Providenciar o atendimento das recomendações nº 01 e nº 02 da Nota de Controle Interno nº 25/2020.	Baixa	Pendente
11/2021 - AG	Pessoal e Encargos	Inconsistências no registro de ponto eletrônico	2521 - Criar controles para identificar e coibir registros e autorizações inconsistentes ou indevidas, sistemáticas, no Sistema Ronda.	Média	Em Implementação
6/2022 - AG	Almoxarifado	Grande quantidade de materiais sem movimentação	2671 - Avaliar a necessidade de guarda e de utilização dos materiais sem movimentação nos estoques de almoxarifado há mais de 365 dias. Caso confirmada a dispensabilidade, providenciar o descarte ou redistribuição a outros órgãos da PMPA.	Baixa	Pendente





Nº do Relatório	Ações	Apontamento	Recomendação	Gravidade	Estágio de Implementação
6/2022 - AG	Almoxarifado	Não encaminhamento do processo de inventário à Secretária	2701 - Encaminhar, nos próximos inventários de almoxarifado, os processos de todas as unidades auditadas para conhecimento do (a) Secretário (a).	Baixa	Pendente
5/2022 - AG	Patrimônio	Encerramento do inventário fora do prazo	2671 - Finalizar os próximos inventários patrimoniais dentro do prazo estipulado.	Média	Pendente
5/2022 - AG	Patrimônio	Indisponibilidade de membros da Comissão Inventariante durante o Inventário	2681 - Atentar, nos próximos inventários, aos servidores designados para comporem a Comissão Inventariante, especialmente no que se refere à disponibilidade durante todo o período do inventário.	Média	Pendente
5/2022 - AG	Patrimônio	Falta de quantitativo dos bens não localizados	2691 - Apresentar, de maneira exata, o quantitativo dos bens não localizados no inventário.	Média	Pendente
5/2022 - AG	Patrimônio	Falta de inserção no processo de documentos digitalizados conforme orientações	2701 - Anexar, nos próximos inventários, todos os documentos digitalizados listados nas Orientações ao Inventário do respectivo ano.	Baixa	Pendente
5/2022 - AG	Patrimônio	Termos de Responsabilidade desatualizados	2721 - Atualizar todos os Termos de Responsabilidade sobre os bens patrimoniais.	Média	Pendente
10/2022 - AG	Conselhos Escolares	Falta de assinatura em documentos	2701 - Atender à solicitação feita no despacho nº 13491537. Caso tenha sido atendida, evidenciar nos autos do processo.	Baixa	Pendente
10/2022 - AG	Conselhos Escolares	Ressarcimento sem comprovante de pagamento	2711 - Anexar, ao processo, o comprovante de pagamento de parte das custas com emolumentos desembolsada pelo vice-diretor.	Baixa	Pendente
10/2022 - AG	Conselhos Escolares	Ata anexada ao processo desatualizada	2721 - Anexar, ao processo, a ata contendo composição atualizada do Conselho Escolar da Emef Ildo Meneghetti.	Baixa	Pendente
10/2022 - AG	Conselhos Escolares	Divergência entre parecer do Conselho e extrato bancário	2731 - Justificar a divergência entre o Parecer do Conselho e extrato bancário do primeiro trimestre de 2020 ou corrigi-la.	Baixa	Pendente
10/2022 - AG	Conselhos Escolares	Falta de assinatura em documentos	2741 - Providenciar a assinatura ou registrar no processo a aprovação do Parecer do Conselho Escolar do 1º trimestre.	Baixa	Pendente
10/2022 - AG	Conselhos Escolares	Cheque nº 73 compensado com valor divergente da Nota Fiscal e Confirmação de Despesa	2761 - Apurar a razão da divergência entre o valor pago e o valor dos documentos no que se refere ao cheque compensado 73, referente ao 4º trimestre de 2020 do Conselho Escolar da EMEM.	Baixa	Pendente
3/2022 - AG	Merenda Escolar	Inconsistência entre planilha e comprovantes	2661 - Atualizar a planilha de controle de entrega de kits, no mínimo, mensalmente.	Média	Pendente
3/2022 - AG	Merenda Escolar	Listagem de alunos matriculados desatualizada	2671 - Atualizar a listagem de alunos matriculados nas escolas.	Média	Pendente
3/2022 - AG	Merenda Escolar	Dificuldades na entrega das cestas básicas	2682 - Aprimorar a comunicação com as escolas no que se refere aos procedimentos de distribuição das cestas básicas, incluindo a divulgação do direito do uso da Guarda Municipal.	Média	Pendente





Nº do Relatório	Ações	Apontamento	Recomendação	Gravidade	Estágio de Implementação
3/2022 - AG	Merenda Escolar	Dificuldades na entrega das cestas básicas	2681 - Tomar providências a respeito da recusa da escola EMEF de realizar novas distribuições de cestas básicas.	Média	Pendente
3/2022 - AG	Merenda Escolar	Não cumprimento do art. 14 da Lei Federal nº 11.947/2009	2691 - Cumprir o art. 14 da Lei Federal nº 11.947/2009 no exercício de 2021.	Média	Pendente
3/2022 - AG	Merenda Escolar	Demora na decisão a respeito do Reequilíbrio Econômico-Financeiro solicitado pela empresa vencedora	2701 - Decidir, com urgência, a respeito da solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro da empresa vencedora do Registro de Preços do Pregão Eletrônico nº 737/2020. Caso já tenha sido decidido, anexar ao processo SEI nº 21.0.000070224-0 a decisão.	Média	Pendente
4/2022 - AG	Execução Orçamentária e Financeira	DESPESA SEM PRÉVIO EMPENHO	2661 - Providenciar adequação dos fluxos de trabalho no sentido de atender as normas vigentes quanto ao prévio empenho da despesa pública.	Alta	Pendente
8/2022 - AG	Convênios Recebidos	ACOMPANHAR A APLICAÇÃO DOS RECURSOS RECEBIDOS ATRAVÉS DE CONVÊNIOS	2671 - Designar equipe de trabalho para o acompanhamento das diversas fases dos processos de Convênios Recebidos no sentido de que os prazos acordados nos Termos de Compromisso sejam cumpridos, evitando assim a devolução de recursos recebidos, através de Convênio, pelo Município.	Alta	Pendente
9/2022 - AG	Convênios e Parcerias	TERMO DE FOMENTO NÃO PREVE METAS DE FREQUÊNCIA	2681 - Incluir item, no Termo de Fomento, quanto à apresentação de meta de frequência pelas Organizações da Sociedade Civil.	Média	Pendente
9/2022 - AG	Convênios e Parcerias	AUSÊNCIA DE ASSINATURA DO SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO NO TERMO DE FOMENTO	2691 - Incluir, no processo SEI nº 19.0.000055298-7, o Termo de Fomento assinado pelo representante da Organização da Sociedade Civil e o Secretário da Educação.	Alta	Pendente
11/2022 - AG	Obras e Reformas	Necessidade de vistoria no recebimento de obras	2703 - Deverão ser obedecidas as regras da Lei Federal nº 8.666/93 para proceder a contratação de obras e serviços de engenharia via dispensa de licitação, tanto no aspecto formal da instrução processual, sobretudo quanto à publicidade dos atos no DOPA, quanto das etapas de orçamentação, execução, fiscalização, vistoria e termo de recebimento das obras e serviços de engenharia nessa condição de contratação.	Alta	Pendente
11/2022 - AG	Obras e Reformas	Necessidade de vistoria no recebimento de obras	2702 - Deverá ser estabelecida, pela Unidade de Obras da SMED, rotina para vistoria e recebimento das obras e serviços de engenharia contratados via dispensa de licitação por baixo valor, conforme preconiza a Lei Federal nº 8.666/93.	Alta	Pendente
11/2022 - AG	Obras e Reformas	Necessidade de vistoria no recebimento de obras	2701 - Deverá ser estabelecida, pela Unidade de Obras da SMED, rotina para contratações de obras e serviços de engenharia via dispensa de licitação por baixo valor, conforme preconiza a Lei Federal nº 8.666/93, devendo constar no processo material técnico, elaborado por profissional habilitado, minimamente contendo projeto básico e orçamento detalhado.	Alta	Pendente
11/2022 - AG	Obras e Reformas	Ausência de alvará de PPCI	2711 - Deverá ser finalizada, pela Unidade de Obras da SMED, a elaboração dos projetos de PPCIs e PSPCI e protocolar pedido de análise junto ao 1º CRB. Independente dos prazos necessários para análise e aprovação dos projetos junto ao 1º CRB, buscar adequar as edificações quanto às instalações elétricas, rotas de fuga e equipamentos de combate e prevenção a incêndio, proporcionando assim condições de segurança aos servidores e população em geral.	Alta	Pendente





Nº do Relatório	Ações	Apontamento	Recomendação	Gravidade	Estágio de Implementação
11/2022 - AG	Obras e Reformas	Ação intempestiva acerca da retomada das obras inacabadas	2721 - Deverá ser garantido, por parte da Unidade de Obras da SMED, o prosseguimento e a celeridade das atividades do Grupo de Trabalho e da elaboração dos laudos técnicos emitidos pela empresa a fim de gerar providências para a retomada e finalização das obras. Esclarecer quais providências estão sendo tomadas para a conclusão das obras inacabadas da SMED após ter expirado o prazo requerido na RESOLUÇÃO nº 03, de 20 de abril de 2021 do Ministério da Educação (FNDE).	Alta	Pendente
11/2022 - AG	Obras e Reformas	Ausência formato de monitoramento e fiscalização de obras em contrapartida	2731 - Deverá ser organizado e mantido um roteiro de fiscalização e de acompanhamento efetivos nas obras em contrapartida pela Unidade de Obras da SMED.	Alta	Pendente
11/2022 - AG	Obras e Reformas	Equipe reduzida de técnicos	2741 - Deverá ser elaborado estudo quantificando a equipe técnica necessária frente as diversas atividades necessárias para conservação e adequação das 100 unidades escolares listadas.	Alta	Pendente

Nota: Os números dos relatórios e das recomendações são gerados automaticamente pelo sistema SIAUDI.

Legenda:

Pendente: Recomendação emitida, permanecendo como “pendente” enquanto não verificada/comprovada a sua implementação.

Atendida: Recomendação atendida/implementada, devidamente comprovado (na resposta) ou verificado (na inspeção seguinte) o atendimento.

Em implementação: Recomendação em implementação, com medidas já sendo tomadas pelo auditado, conforme cronograma do plano de ação.

Baixada: Recomendação retirada, quando a justificativa do auditado foi aceita prontamente na análise da resposta; quando a recomendação não pode ser mais atendida, por motivos alheios à vontade do auditado; ou quando a falha formal não foi mais encontrada na inspeção seguinte.

